



ACÓRDÃO Nº680/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11681/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Juruá.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Fernandes da Silva Mota (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2257/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Juruá. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Determinação. Notificação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria com desempate da Presidência**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Juruá, referente ao exercício financeiro de 2017, sob a responsabilidade do **Sr. Fernandes da Silva Mota**, Presidente da Câmara Municipal, nos termos dos art. 22, inciso III, alínea "b", da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 188, §1º, III, alínea "b", da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, considerando a restrição sobredita e não sanada;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Fernandes da Silva Mota** no valor de **R\$ 14.000,00** (quatorze mil reais), nos termos do artigo 308, VI, da Resolução nº 04/2002- TCE/AM, com base no valor disciplinado à época, em razão de ato praticado **com grave infração à norma legal** (Irregularidades do item 6 do Relatório-Voto), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº680/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.3. Determinar à atual Administração, sob pena das contas do próximo exercício serem julgadas irregulares, nos termos do artigo 22, II, “b” e “c”, da Lei n.º 2423/96-TCE/AM, que:

9.3.1. Os bens patrimoniais abordados no Relatório Conclusivo nº 109/2018-DICAMI (item 1), fiquem sob a tutela do Gestor da Câmara Municipal de Juruá, durante sua permanência como Presidente, conforme inciso II, art. 75, da Lei nº 4320/1964, c/c art. 78 da mesma lei;

9.3.2. Para que nos próximos exercícios financeiros, remeta com antecedência e/ou cumpra os prazos finais, tanto das publicações como dos envios ao TCE dos Relatórios da Gestão Fiscal referentes aos 1º e 2º Semestres, sob pena de aplicação de multa;

9.3.3. Realize a atualização total do Portal da Transparência do Poder Legislativo Municipal de Juruá, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, e em caso de não atendimento, de aplicação da multa prevista no art. 308, inciso V, ou na alínea “b” do inc. IV em caso de reincidência;

9.4. Determinar ao Órgão Técnico que verifique a correção das falhas na próxima inspeção *in loco*;

9.5. Notificar o **Sr. Fernandes da Silva Mota** com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para que tome ciência do decisório.

10- Ata: 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 30 de Julho de 2019

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

13- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Redator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral